

De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**; ou o campo designado com o código **SR**, caso desconheça a resposta correta. Marque, obrigatoriamente, para cada item, um, e somente um, dos três campos da **folha de respostas**, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcações indevidas. A marcação do campo designado com o código **SR** não implicará anulação. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 Minha opinião é que este século vai ser marcado por duas forças em aparente contradição: o avanço da globalização e o fortalecimento das diferentes culturas.

4 O processo de globalização vai continuar forte, mas as paredes entre países, culturas e economias não vão desaparecer. As novas gerações já vivem nesse novo mundo.

7 Meus filhos surfam na Internet, sabem muito de diferentes países, querem saber de tudo, falar muitas línguas. Eles se sentem em casa no mundo e, para eles, certas barreiras entre os povos são coisas do passado. E há, de outro lado, uma tendência muito forte de manter sua identidade, de não perder seu rosto no movimento da globalização. Todos querem contribuir na globalização, desde que ela não seja uma ameaça à sua identidade cultural, econômica, humana.

Carlos Ghosn em entrevista à revista *Ícaro*, jun./2003, n.º 226, p. 22 (com adaptações).

Com respeito às idéias e estruturas do texto acima e a aspectos diversos associados ao assunto nele tratado, julgue os itens a seguir.

- 1 Por causa da função informativa — como exposição de ocorrências — e devido às características factuais e formais da linguagem, o texto poderia integrar o corpo de um relatório.
- 2 Por constituírem metáforas para a mesma idéia, “paredes” (l.5) e “barreiras” (l.9) ocorrem em orações que se contradizem.
- 3 Apesar de primeiramente ser empregada, particularizada, em seu sentido denotativo, a argumentação do texto mostra que a expressão “Meus filhos” (l.7) funciona também, genericamente, como conotação para a idéia de **novas gerações**.
- 4 Na linha 11, mantêm-se a correção gramatical e a coerência textual, e evita-se redundância, ao se substituir a primeira das ocorrências da preposição “de” por **para**.
- 5 Na linha 13, o emprego do modo subjuntivo em “seja”, além de exigido pelas regras gramaticais, reforça a idéia de eventualidade, hipótese, expressa pela locução conjuntiva “desde que”.

- 6 A denominada globalização corresponde a mais uma etapa de um processo histórico que, iniciado com a Revolução Industrial, promoveu a consolidação do capitalismo e de sua expansão em escala planetária, de modo a que se possa falar, nos dias de hoje, em mercado crescentemente mundial.
- 7 A marcha da globalização, especialmente a partir das últimas décadas do século XX, tem-se mostrado cada vez mais simétrica, ou seja, seus efeitos positivos e negativos espalharam-se com relativa homogeneidade pelos quatro cantos do mundo.
- 8 A subversão dos tradicionais conceitos de Estado e de fronteiras nacionais, visível na atualidade, permite afirmar — tal como faz o texto — que a trajetória inexorável da globalização tende a fazer sucumbir as identidades histórico-culturais das nacionalidades, tragadas pela força da moderna economia mundializada.
- 9 A formação de blocos regionais é característica marcante do atual estágio da economia mundial. Exemplo significativo desse processo é a União Européia, que, bem mais que uma área de livre comércio, esforça-se também para aproximar seus integrantes nos aspectos políticos, sociais e culturais.
- 10 A Internet, citada no texto, é um dos símbolos mais fortes do atual estágio econômico mundial: as incessantes inovações tecnológicas, entre outros resultados, imprimem extraordinário dinamismo ao processo produtivo, favorecem a rápida circulação de bens e de capitais e ampliam consideravelmente as possibilidades de comunicação.
- 11 Na perspectiva adotada pelo texto, vê-se que os jovens tendem a reagir — na maioria das vezes de forma violenta e radical, como aconteceu nas últimas reuniões internacionais realizadas em Seattle, em Veneza e em Porto Alegre — a um movimento de globalização que não dá margem às manifestações individuais e à preservação das culturas locais.

Argumentação contra

- A biotecnologia ainda é muito recente e ainda não foi possível fazer estudos que mostrem, com rigor, que esses produtos não causam problemas à saúde e(ou) ao meio ambiente no longo prazo.
- Pode haver cruzamento entre a cultura convencional e a geneticamente modificada, principalmente dentro de uma mesma propriedade, podendo acarretar o fim da espécie pura.

Argumentação a favor

- Não há casos comprovados da associação entre consumo de transgênicos e danos à saúde.
- As plantas tolerantes a herbicidas geram uma redução de custos de produção, com diminuição do uso de herbicidas e controle de ervas daninhas.
- A possibilidade de cruzamento entre a variedade convencional e a geneticamente modificada pelo transporte do pólen no vento é reduzida.

Folha de S. Paulo, 3/7/2003 (com adaptações).

Considerando os textos acima, relativos ao debate sobre transgênicos, julgue os itens que se seguem.

- 12 A leitura comparativa entre as argumentações favorável e contrária aos transgênicos mostra que a ausência de comprovação de danos à saúde é tomada tanto como argumentação positiva quanto como negativa.
- 13 Para que se mantenha coerente a argumentação contrária aos transgênicos, o verbo **poder**, em “Pode haver cruzamento”, deve ser interpretado na sua acepção de **possibilidade**, nunca de **permissão**.
- 14 O terceiro tópico da argumentação a favor dos transgênicos contraria o que afirma o segundo tópico da argumentação contrária, pois não admite o cruzamento neste previsto.
- 15 O emprego repetido do advérbio “ainda”, no primeiro tópico da argumentação contrária, causa redundância e, por isso, não se alteram as relações semânticas do texto ao se retirar um deles.
- 16 A substituição de “problemas” (primeiro tópico da argumentação contra) por **prejuízos** preserva a coerência textual, mas para que as regras gramaticais também sejam respeitadas é obrigatória a mudança da preposição que segue essa palavra: de “a” para **em**, obtendo-se **na**.
- 17 Devido ao valor semântico que desempenha no texto, o gerúndio em “podendo” (segundo tópico da argumentação contra) admite substituição tanto por **e pode** como por **o que pode**, sem que a coerência textual fique prejudicada.
- 18 Na expressão “tolerantes a herbicidas” (segundo tópico da argumentação a favor), a palavra sublinhada expressa uma noção generalizada, na plena extensão de seu significado.
- 19 No segundo tópico da argumentação a favor, a preposição “com” introduz duas razões para a “redução de custos de produção”.
- 20 A recente medida provisória editada pelo governo federal, liberando o plantio de sementes transgênicas, foi fruto de amplo consenso que uniu ambientalistas, setores da administração pública e parlamentares do Partido dos Trabalhadores.
- 21 Na discussão acerca dos transgênicos, evidenciou-se a existência de um aspecto essencial na questão, que ultrapassa os campos citados no texto: trata-se de seu significado econômico, em especial por envolver domínio de tecnologia das sementes por parte de uma grande corporação transnacional.

- 1 O século 20 foi aquele em que o Brasil aumentou sua riqueza, mas não a dividiu. Em cem anos, a riqueza total cresceu quase 12 vezes em relação à população; no entanto, a
- 4 distribuição de renda piorou na segunda metade do século. A concentração de renda é tão grande que, na virada do século 20 para o 21, o 1% mais rico dos brasileiros ganha
- 7 praticamente o mesmo que os 50% mais pobres. O Brasil que encerrou o século 20 era um país mais velho, mais urbano, mais feminino, mais alfabetizado, mais industrializado.
- 10 A desigualdade é a marca nacional, seja de renda, racial, de gênero ou regional. É o que mostram as **Estatísticas do Século XX**, publicação lançada pelo Instituto Brasileiro de
- 13 Geografia e Estatística (IBGE) com um resumo do Brasil no século que passou.

O Brasil do século 20. In: Folha de S. Paulo, 30/9/2003, p. 1 (com adaptações).

Acerca do texto acima e de aspectos diversos associados ao tema nele enfocado, julgue os itens subsequentes.

- 22 Preservam-se a coerência textual e a correção gramatical ao se transformar o trecho inicial do texto, “O século 20 foi aquele em que o Brasil aumentou sua riqueza”, de período composto em período simples, com a seguinte reescrita: **No século 20, o Brasil aumentou sua riqueza**.
- 23 A substituição de “no entanto” (l.3) pela conjunção **contudo** mantém a correção gramatical, mas altera a relação de contraste entre as orações que liga, para a idéia de explicação.

- 24 Obtém-se maior clareza, respeitam-se os sentidos do texto e mantém-se a correção gramatical ao se inserir **ganha** imediatamente após “que” (l.7).
- 25 As expressões “de renda” (l.10) e “de gênero” (l.11) têm, na oração em que aparecem, valor de adjetivo.
- 26 Seria preservada a correção gramatical ao se empregar a forma verbal “mostram” (l.11) no seu correspondente singular, para concordar com “publicação” (l.12).
- 27 A desigualdade brasileira, apontada no trabalho do IBGE, é recente, fruto de um processo radical e célere de expulsão do homem do campo para as cidades, iniciado em meados do século passado e ainda em curso.
- 28 No Brasil de hoje, ainda persistem situações típicas de exclusão social que atingem sobremaneira os afrodescendentes e refletem o peso de séculos de escravidão e de uma incompleta abolição do trabalho compulsório.
- 29 Embora lenta, a experiência de urbanização protagonizada pelo Brasil, sobretudo a partir dos anos que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial, foi constante e relativamente planejada pelo poder público.
- 30 Um retrato do Brasil contemporâneo mostra um país que se modernizou mas que, quanto à concentração da riqueza produzida e da desigualdade dela decorrente, ainda não foi capaz de superar a pesada herança colonial assentada na exclusão.

Criação ou descoberta?

1 Fala-se muito no grande abismo entre ciência e arte, a primeira lógica, objetiva, enquanto a segunda é intuitiva, subjetiva.

4 Nós criamos ou descobrimos a ciência? Será que as nossas teorias e os nossos teoremas estão codificados de algum modo na natureza e tudo o que faz um cientista é
7 “des-cobri-los”, levantar a coberta que os esconde, revelando seu significado? Ou será que os criamos, usando nossa intuição, observação e lógica?

10 O artista é o criador, ele ou ela dá existência a algo que não existia, enquanto o cientista é o descobridor, aquele que revela o significado oculto das coisas, sem criá-las.

13 Muita gente pode se contentar com essa explicação e dar o caso por encerrado. Mas eu, não. Para mim, a ciência é uma criação, tão criação quanto uma obra de arte. O fato de
16 arte e ciência obedecerem a critérios de validade diferentes, de a ciência ter uma aceitação baseada no método científico, que provê meios para que as teorias sejam testadas frente a
19 observações, não muda minha opinião. Ciência é criação do homem, fruto de nossos cérebros e de nosso modo de ver o mundo.

Marcelo Gleiser. *Folha de S. Paulo*, 14/9/2003 (com adaptações).

Julgue os seguintes itens, relativos às idéias e estruturas do texto acima.

- 31 O pronome “se” (ℓ.1) tem, no texto, a função de indeterminar o sujeito de um verbo intransitivo.
- 32 Infere-se do texto que o autor se posiciona ao lado dos que consideram lógico e objetivo “levantar a coberta” (ℓ.7) que esconde teorias, revelando seu significado.
- 33 A expressão “essa explicação” (ℓ.13) refere-se, coesivamente, às idéias expressas no parágrafo anterior.
- 34 Se o autor optasse por empregar o artigo definido imediatamente antes da expressão “arte e ciência” (ℓ.16), seria obrigatória a contração com a preposição que a antecede, obtendo-se **da**.
- 35 Preservam-se os sentidos do texto e a correção gramatical ao se substituir “frente a” (ℓ.18) por **em face a**.
- 36 A oração “Ciência é criação do homem” (ℓ.19-20) explicita a quem se referem os pronomes e verbos na primeira pessoa do plural: a todos os que constituem a humanidade, designada como “homem”.

Atenção: a seguir, são apresentados dois conjuntos de itens, cada um deles numerado de 37 a 48 e correspondente a uma opção de língua estrangeira (língua inglesa ou língua espanhola). Julgue esses itens de acordo com a sua opção de língua estrangeira, que deve ser obrigatoriamente marcada no campo próprio da folha de respostas.

Nos itens de 37 a 48, a seguir, são avaliados conhecimentos em **língua inglesa**.

Brazil — the health care system

The Constitution of 1988 and the Organic Health Law (*Lei Orgânica de Saúde*) of 1990 universalized access to medical care, unified the public health system supported by the Ministry of Health and the National Institute for Medical Assistance and Social Security (*Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social — INAMPS*), and decentralized the management and organization of health services from the federal to the state and, especially, municipal level. Between 1985 and 1990, for example, the proportion of program funds managed by municipalities increased from 10 to 15 percent and by states from 23 to 33 percent. The sweeping health reforms that were initiated in the 1980s attempted to extend coverage to those outside the social security system.

The Constitution grants all Brazilian citizens the right to procure free medical assistance from public as well as private providers reimbursed by the government. While the public domain oversees basic and preventive health care, the private non-profit and for-profit health care sector delivers the bulk of medical services, including government-subsidized in-patient care (that is, private facilities owned 71 percent of hospital beds designated for government-funded health care in 1993). This publicly financed, privately provided health system continues to intensify its focus on high-cost curative care, driving hospital costs up by 70 percent during the 1980s.

Internet: <[http://lcweb2.loc.gov/cgi-bin/query/r?frd/cstdy:@field\(DOCID+br0046\)](http://lcweb2.loc.gov/cgi-bin/query/r?frd/cstdy:@field(DOCID+br0046))>
Accessed in 12/9/2003 (with adaptations).

From the text above, it can be inferred that

- 37 every Brazilian citizen is now entitled to have access to medical care.
- 38 two legal documents and two public institutions deal with private health in Brazil.
- 39 Brazilian public health system is unified, whereas its management and organization are not centralized.
- 40 between 1985 and 1990, the program funds had a bigger increase in the municipalities than at the state level.
- 41 until 1980, not all Brazilian citizens were included in the social security system.
- 42 the private providers only offer medical services to people who can afford their payment.
- 43 the public health system in Brazil deals with two types of health care.
- 44 medical care in Brazil is a non-profitable activity.
- 45 the greater part of health assistance in Brazil is provided by the private sector.
- 46 in-patient care depends on the number of hospital beds available.
- 47 high-cost curative care had never been the government's concern before 1980.
- 48 two decades ago, public money spent on high-cost curative care increased about 70%.

1 “Dos leyes contrarias parecen hoy oponerse: una
ley de sangre y de muerte que obliga a los pueblos a estar
siempre preparados para salir al campo de batalla, y una ley
4 de paz, de trabajo, de salvación, que no piensa más que en
liberar al hombre de las calamidades que le asedian...”,
constataba Pasteur, en 1888, en el discurso de inauguración
7 del instituto que lleva su nombre. Preocupado por mejorar la
condición de sus semejantes, este humanista había elegido ya
su camino, estimulado por un padre curtidor, del que alaba
10 la influencia: “Mirar hacia arriba, aprender cada vez más,
intentar elevarse siempre, esto es lo que tú me has
enseñado...”.

13 Pasteur nace en Dole, en la región del Jura, el 27 de
diciembre de 1822, y pasa su juventud en Arbois. Abandona
cierta inclinación por el dibujo para orientarse hacia las
16 ciencias y entrar en la Escuela Normal Superior. Intrigado
por un apunte de un físico, se lanza al estudio de los cristales
y descubre lo que distingue radicalmente el mundo mineral
19 del mundo orgánico. Asociando cristalografía, química y
óptica, abre la vía de la estereoquímica. Pasteur estudia
luego las fermentaciones. Gracias a sus investigaciones
22 demuestra que todas ellas se deben a la existencia de un
microorganismo específico, que es posible estudiar
cultivándolo en un medio propicio y estéril, y así establece
25 lisa y llanamente las bases de la microbiología. Queda un
enigma por resolver: ¿de dónde vienen esos fermentos? Se
acabó la secular teoría de la generación espontánea.

28 La destrucción de esta quimera no sólo le vale
admiradores. Su tesis de los gérmenes, siempre dispuestos a
desarrollarse, no es del gusto de todos. Así descubre el sabio
31 la vida sin aire. Y dedicándose al estudio de los parásitos del
vino, obtiene un procedimiento para conservar mediante un
tratamiento térmico los líquidos alterables (cerveza,
34 leche,...): la pasteurización. Pero aún le esperan otros
muchos trabajos: una enfermedad que sufren los gusanos de
seda está afectando gravemente la sericultura de varios
37 países. Su estudio le llevará a resolver científicamente el
modo de transmisión de las enfermedades: hereditariamente
y por contagio. Cada afección tiene pues su microbio.

40 Otra novedad: las infecciones se pueden prevenir
gracias a la asepsia, que revoluciona la cirugía y la
obstetricia. Todo se va encadenando con una lógica perfecta.
43 A fuerza de tenacidad, descubre Pasteur una serie de
bacterias como el estafilococo, el estreptococo y el
neumococo, luego el método de atenuar la virulencia de los
46 gérmenes, y finalmente crea diversas vacunas para animales.

Ha nacido la inmunología. Pasteur se dedica
entonces a la rabia. En 1885 prueba en su laboratorio un
tratamiento que salva la vida de un joven. Empiezan a llegar
49 enfermos de todo el mundo, y la consulta se queda
demasiado pequeña. Así que en 1886, en la Academia de las
Ciencias, Pasteur declara: “La profilaxis de la rabia está
52 fundada. Es oportuno crear un establecimiento de
vacunación contra la rabia”. Hecho. Pero será también un
55 “centro de investigación de enfermedades infecciosas” y “de
enseñanza para los estudios de microbiología”. En 1888 se
inaugura en París el Instituto Pasteur.

Internet: <http://www.france.diplomatic.fr/label_france/ESPANOL/SCIENCES/PASTEUR/pasteur.html>. Acceso en 13/9/2003 (adaptado).

Con respecto a las ideas, expresiones, términos y asuntos que han
sido utilizados en el texto al lado, juzgue los itens siguientes.

37 En el primer párrafo del texto los trechos señalados por
comillas expresan dos hablas de Pasteur.

38 Contextualmente, los términos “estimulado” (ℓ.9) e
“Intrigado” (ℓ.16) son sinónimos, es decir, sus posiciones
son intercambiables.

39 Antes de “orientarse hacia las ciencias” (ℓ.15-16), Pasteur
tenía interés por la agricultura.

40 Pasteur es el padre de la Química Orgánica, de la
Microbiología y de la Inmunología, ya que, respectivamente,
“descubre lo que distingue radicalmente el mundo mineral
del mundo orgánico” (ℓ.18-19), “establece lisa y llanamente
las bases de la microbiología” (ℓ.24-25) y “descubre (...) una
serie de bacterias (...) y finalmente crea diversas vacunas
para animales” (ℓ.43-46).

41 La expresión “esta quimera” (ℓ.28) se refiere a “la secular
teoría de la generación espontánea” (ℓ.27).

42 Sin que haya error gramatical o cambio de sentido del texto,
es correcto reemplazar el trecho “siempre dispuestos a
desarrollarse, no es del gusto de todos” (ℓ.29-30) por
siempre listos a proliferarse, no les gusta a todos.

43 En el texto, “gérmenes” (ℓ.29) y “bacterias” (ℓ.44) son
ejemplos de “gusanos” (ℓ.35).

44 En líneas generales, “la pasteurización” (ℓ.34) incluye un
tratamiento térmico en el que el producto que se desea
pasteurizar es sometido a una elevación de temperatura
durante cierto tiempo.

45 Es correcto reemplazar, sin que haya error gramatical o
cambio de sentido del texto, el trecho “las infecciones se
pueden prevenir gracias a la asepsia” (ℓ.40-41) por **la
asepsia puede prevenir las infecciones**.

46 La sustitución del trecho “Todo se va encadenando con una
lógica perfecta” (ℓ.42) por **Todo se iba concadenando de
modo lógico y perfecto** no produce cambio de sentido.

47 Es correcto sustituir, sin que haya error gramatical o cambio
de sentido, el trecho “A fuerza de tenacidad, descubre
Pasteur una serie de bacterias” (ℓ.43-44) por **Abajo una
fuerte tenaza, varias bacterias han sido descubiertas por
Pasteur**.

48 Aunque pueda significar la acción de un médico recibir y/o
tratar un enfermo, en el texto el término “consulta” (ℓ.50)
significa el espacio en donde ocurre la dicha acción.

Para julgar os itens de **49 a 68**, considere, sempre que necessário, o excerto da Constituição da República apresentado a seguir.

Art. 5.º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II – ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

(...)

Art. 6.º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

(...)

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

I – plebiscito;

II – referendo;

III – iniciativa popular.

§ 1.º O alistamento eleitoral e o voto são:

I – obrigatórios para os maiores de dezoito anos;

II – facultativos para:

a) os analfabetos;

b) os maiores de setenta anos;

c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

(...)

Art. 21. Compete à União:

(...)

XII – explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:

a) os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens;

b) os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Estados onde se situam os potenciais hidroenergéticos;

(...)

XXIII – explorar os serviços e instalações nucleares de qualquer natureza e exercer monopólio estatal sobre a pesquisa, a lavra, o enriquecimento e reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios nucleares e seus derivados, atendidos os seguintes princípios e condições:

a) toda atividade nuclear em território nacional somente será admitida para fins pacíficos e mediante aprovação do Congresso Nacional;

b) sob regime de concessão ou permissão, é autorizada a utilização de radioisótopos para a pesquisa e usos medicinais, agrícolas, industriais e atividades análogas;

c) a responsabilidade civil por danos nucleares independe da existência de culpa;

(...)

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I – direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

II – desapropriação;

(...)

XI – trânsito e transporte;

(...)

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

I – zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II – cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

(...)

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I – direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

II – orçamento;

(...)

§ 1.º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2.º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

(...)

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

I – os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;

(...)

VII – o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica;

(...)

§ 6.º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

(...)

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

(...)

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 1.º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:

I – se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II – se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

Acerca do direito constitucional, julgue os itens a seguir.

- 49** As normas constitucionais concessivas de direitos devem ser interpretadas sempre de forma restrita e, portanto, a redação do *caput* do art. 5.º da Constituição da República veda que os direitos definidos nesse artigo sejam aplicáveis aos estrangeiros que ingressam no Brasil na qualidade de turistas.
- 50** Embora ao analfabeto maior de dezoito anos de idade seja vedado eleger-se vereador, é-lhe facultado votar nas eleições para as Câmaras Municipais.
- 51** Se o Congresso Nacional aprovasse lei permitindo a eutanásia, mas condicionasse a vigência dessa lei a sua prévia aprovação em uma votação direta que envolvesse todo o eleitorado do país, esse processo de exercício direto da soberania popular configuraria um plebiscito e não um referendo.
- 52** Na federação brasileira, a União não é hierarquicamente superior aos estados federados nem aos municípios.
- 53** Uma pesquisa médica com base na utilização de elementos radioativos somente pode ser realizada de forma lícita se o pesquisador obtiver prévia concessão ou autorização da União para o desenvolvimento dessa atividade.
- 54** Um hospital cuja terapêutica utiliza técnicas de medicina nuclear teria responsabilidade civil objetiva com relação a danos que um acidente envolvendo material radioativo causasse a um enfermeiro que trabalhasse no referido hospital.

A respeito das autarquias federais, julgue os seguintes itens.

- 55** Por constituírem pessoas jurídicas hierarquicamente subordinadas aos ministérios, as autarquias federais vinculadas ao Ministério da Saúde devem observar as portarias editadas pelo ministro da Saúde.
- 56** Mesmo que fosse retirada do *caput* do art. 70 da Constituição da República a expressão “e indireta”, as autarquias federais não deixariam de estar submetidas à fiscalização contábil do Congresso Nacional, pois, diversamente das empresas públicas federais, elas fazem parte da administração direta da União.
- 57** Se uma lei estadual do Rio Grande do Sul determinar regras sobre a acessibilidade de portadores de deficiência a prédios públicos, as autarquias federais não serão submetidas a essas normas porque tais entes administrativos sujeitam-se apenas à legislação federal.

No tocante aos orçamentos, julgue os itens subsequentes.

- 58** A elaboração dos projetos referentes às leis de diretrizes orçamentárias e às leis orçamentárias da União é de competência do presidente da República e a sua apreciação é de competência do Congresso Nacional.
- 59** Sem que haja autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, a criação de cargos públicos no Ministério da Saúde apenas pode ser efetuada se a dotação orçamentária existente for suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

Acerca do direito administrativo, julgue os itens que se seguem.

- 60** A validade dos atos administrativos discricionários não é sujeita a controle judicial, mas apenas a controles administrativo e legislativo.
- 61** Considere a seguinte situação hipotética.

Um cidadão foi multado pela prática de um ilícito administrativo e recorreu da multa sob o argumento de que não havia praticado o ato. O agente público responsável pelo julgamento do recurso, apesar de não acatar as alegações do recorrente, verificou que houve equívoco nos cálculos realizados pela autoridade que aplicou a multa, o que acabou resultando na determinação de uma multa maior que a legalmente devida.

Nessa situação, a autoridade que julga o recurso não pode, de ofício, reduzir o valor da multa, pois a diminuição de penalidades somente pode ocorrer em resposta a pedido expresso formulado pelo recorrente.

Julgue os itens subsequentes, acerca da responsabilidade civil do Estado e dos servidores públicos.

- 62** Considere a seguinte situação hipotética.

Durante o horário de almoço, quando não havia ninguém em uma sala de determinado órgão da administração pública federal, desapareceram os cartuchos de impressão que estavam instalados nas duas impressoras existentes na sala. Apesar das investigações realizadas, foi impossível identificar a pessoa que se apropriou dos referidos cartuchos.

Nessa situação, o referido órgão não poderia dividir o prejuízo entre os funcionários que trabalham na sala e impor a cada um deles o pagamento de uma parte do valor dos cartuchos desaparecidos.

- 63** Para que o Poder Judiciário determine que um órgão da administração pública federal indenize um cidadão em virtude de dano causado pela atividade de um servidor desse órgão público no exercício de suas funções, não é preciso que a pessoa lesada demonstre que o referido servidor agiu com dolo ou culpa.

No tocante aos direitos administrativo e constitucional, julgue os itens a seguir.

- 64** Incorreria em inconstitucionalidade um edital de concurso público para agente administrativo de um órgão da administração pública federal que limitasse a participação no concurso aos brasileiros natos.
- 65** Não configura prática de ato administrativo o fato de um servidor público federal, seguindo as ordens de seu chefe imediato, autuar um hospital por violação de determinadas regras de direito público.
- 66** Um contrato de compra e venda somente pode ser considerado um contrato administrativo quando uma das partes contratantes for o Estado e a outra parte for selecionada mediante licitação pública.
- 67** A Constituição da República permite que servidores públicos de carreira sejam remunerados mediante subsídio.
- 68** O direito a greve dos servidores públicos depende da edição de lei complementar que o assegure.

Acerca das relações humanas em geral e das relações humanas no trabalho, julgue os itens a seguir.

- 69** O ato de compartilhar preocupações e anseios particulares com outras pessoas é um dificultador das relações humanas compensatórias.
- 70** Ter inteligência emocional significa expressar-se com clareza, saber dar e receber *feedback* e resolver conflitos interpessoais.
- 71** Relações humanas eficazes são aquelas nas quais há compreensão mútua e ausência de imposição de limites.
- 72** Relacionamentos interpessoais aprimorados possibilitam a criação de um ambiente profissional com pessoas dispostas a trabalhar e colaborar no alcance das metas institucionais.
- 73** Reduzir o estresse no trabalho é apenas uma das razões para se construir bons relacionamentos no trabalho.
- 74** Nenhum empregado ascende a posições gerenciais sem demonstrar capacidade de se relacionar bem com as pessoas.

Em um mundo competitivo tão difícil como o de hoje, ser ético não é fácil. Requer princípios, valores, bens consolidados e explícitos, além de vigilância constante.

Não basta ter ética ou seguir um código de ética estabelecido. É preciso disseminá-lo e preservá-lo para que possa ser praticado por todas as pessoas da organização.

José Augusto Minarelli. *In: RH em síntese*, jul./ago./2003, ano IX, n.º 53 (com adaptações).

Considerando o texto acima e à luz do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, julgue os itens subseqüentes.

- 75** A dignidade, o decoro, o zelo e a eficácia devem nortear o comportamento e as atitudes do servidor público apenas quando no desempenho das atividades de cargo ou função públicos.
- 76** O servidor público deve sempre agir com a verdade, ainda que esta seja contrária aos interesses da própria pessoa ou da administração.
- 77** O respeito à hierarquia é um dever do servidor público; assim, ele deve isentar-se de representar contra qualquer superior.
- 78** Exceto se referente a segurança nacional, investigações policiais ou interesse superior do Estado, todo ato administrativo no serviço público federal deve ter publicidade, pois a publicação constitui requisito de eficácia e moralidade.

Alberto, servidor público, com 47 anos de idade, tem três filhos e trabalha em uma repartição pública federal. Tem sob sua guarda patrimonial vários equipamentos de informática e é responsável pela agenda de seu chefe imediato. Em abril do corrente ano, seu setor recebeu novos equipamentos, de última geração. Considerando os equipamentos antigos como sucata, Alberto levou para si um microcomputador, para atender às necessidades escolares de seus filhos. Ao fazer a agenda de seu chefe, Alberto prioriza o atendimento de clientes que são servidores públicos, pois ele sabe o quanto é importante o rápido retorno aos postos funcionais.

Com base na situação hipotética apresentada acima, julgue os seguintes itens, relativos à ética no serviço público.

- 79** Ao proceder à marcação dos atendimentos de seu chefe, Alberto está correto ao privilegiar seus pares, pois ele conhece bem as necessidades do servidor.
- 80** Alberto estará sujeito às sanções legais por ter subtraído bem público, mesmo sendo este considerado sucata.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

De acordo com vários dicionários, violência é sinônimo de força súbita que se faz sentir com intensidade; fúria; veemência. No cotidiano das ruas e lares brasileiros, falam mais alto os números esterrefactores de pesquisas estatísticas: 120 mil mortes anuais, 630 mil internações e um impacto financeiro para o Sistema Único de Saúde (SUS) de pelo menos R\$ 351 milhões por ano.

Conselho Nacional de Saúde. *Revista da Saúde*, dez./2002 (com adaptações).

No texto intitulado “A violência nossa de cada dia”, a **Revista da Saúde**, editada pelo Conselho Nacional de Saúde, ao analisar os gráficos oficiais sobre a estrutura da mortalidade nas capitais brasileiras no ano 2000, conclui que “as causas externas (incluindo aí homicídios e acidentes de trânsito) representam quase 90% dos casos de internação e mortes na faixa etária de 14 a 25 anos”.

O Ministério da Saúde, a partir do ano de 2001, vem desenvolvendo políticas para enfrentar a questão dos altos índices de morbimortalidade por violência no Brasil, conforme atesta a Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Violência e Acidentes e a Política de Redução da Morbimortalidade por Violência no Trânsito.

Considerando a expressividade dos números da situação em discussão e, no que se refere às práticas de atenção à saúde e às ações para a redução dos índices de morbimortalidade por violência, julgue os itens a seguir.

- 81 No Brasil, os índices mais expressivos de morbimortalidade por causas externas concentram-se no contingente populacional composto por mulheres e crianças.
- 82 As ações de saúde deverão estar concentradas prioritariamente na área de saúde da mulher, uma vez que, no que se refere à população economicamente ativa, o maior número de vítimas de causas externas é formado por mulheres.
- 83 A violência deve ser tratada como uma questão de saúde pública.
- 84 Uma vez que a violência é um fenômeno estrutural, a redução dos seus índices de morbimortalidade deverá pautar-se pela coibição de atos considerados violentos, mediante a responsabilização do cidadão brasileiro pela sua saúde e, conseqüentemente, pelos seus atos.
- 85 A desconsideração e a não-incorporação crescente das práticas e das estratégias de promoção da saúde no campo da saúde pública compromete a efetividade das ações de saúde.
- 86 A educação em saúde constitui-se de um conjunto de ações que abrangerá as equipes de saúde, os grupos sociais específicos, os grupos sociais em situação de risco, os gestores da rede de atenção à saúde e os trabalhadores e gestores de outros setores, sendo, portanto, realizada dentro e fora da rede de serviços de atenção à saúde.

O modelo biomédico ou medicina ocidental científica tem como um dos marcos da sua institucionalização o relatório Flexner, elaborado no início do século passado. A partir de então, os elementos constituintes da prática médica incluem: o mecanicismo, o cientificismo, o biologismo, o individualismo, a especialização, a exclusão das práticas alternativas, a tecnificação do ato médico, a ênfase na medicina curativa e a concentração de recursos.

Considerando o tema acima abordado, julgue os itens subsequentes.

- 87 A crise do modelo biomédico é um fenômeno que se expressa principalmente na ineficiência, na ineficácia e na desigualdade no acesso aos serviços de atenção à saúde que esse modelo apresenta.
- 88 O processo de construção do SUS deu-se no contexto brasileiro da crise do modelo biomédico.
- 89 As limitações impostas aos mecanismos de participação e controle social no SUS criam obstáculos intransponíveis para a sua implementação e o seu aperfeiçoamento.
- 90 O Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento (PIASS), implantado no Brasil na década de 70 do século passado, foi uma das primeiras experiências nacionais em saúde comunitária.
- 91 O Programa de Agentes Comunitários em Saúde (PACS) foi criado na década passada e, considerando a forma como está estruturado e os mecanismos de contratação e remuneração dos agentes comunitários em saúde, é correto afirmar que ele não está incluído nas medidas promovidas pelo Ministério da Saúde para a implementação do SUS.

De acordo com a Lei Orgânica da Saúde, § 1.º, art. 6.º, vigilância sanitária é “um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, abrangendo: I – o controle de bens de consumo que, direta ou indiretamente, se relacionem com a saúde, compreendidas todas as etapas e processos, da produção ao consumo, e II – o controle da prestação de serviços que se relacionem direta ou indiretamente com a saúde.”

Acerca dessa lei e de assuntos correlatos, julgue os itens a seguir.

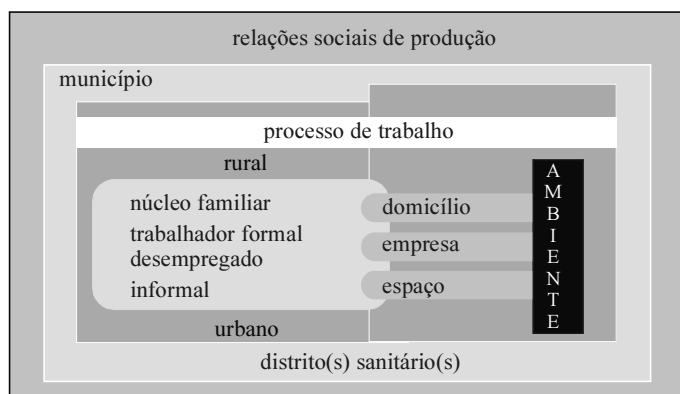
- 92 A vigilância sanitária constitui um campo de práticas focalizadas na transformação da qualidade dos produtos, dos processos e das relações sociais, demandando, portanto, uma ação interinstitucional e interdisciplinar.
- 93 Em função do papel que exerce na regulamentação e na fiscalização das relações entre produção, comercialização, prestação ou dispensação, prescrição e consumo, as ações de vigilância sanitária demandam a articulação de poderes e níveis de poderes governamentais, na perspectiva da participação social e do aperfeiçoamento das relações sociais.

- 94** A estruturação e o funcionamento efetivo de um Sistema Nacional de Vigilância Sanitária não é condição necessária para a plena estruturação e funcionamento do SUS.
- 95** O conceito ampliado de saúde como figura na Constituição da República é problemático para as ações de vigilância sanitária, porque não contempla a valorização da qualidade das relações nem a qualidade dos produtos, processos, ambientes e serviços.
- 96** A importância das práticas de vigilância sanitária na implantação e operacionalização do SUS é inquestionável. Logo, é compreensível e recomendável que todos os trabalhadores da saúde exerçam o poder de polícia na defesa dos interesses da população nesse campo.
- 97** Entre os principais acordos internacionais que tratam da regulamentação dos riscos para a saúde pública encontram-se o Protocolo de Kyoto, que visa a diminuição das emissões de gás carbônico com o objetivo de estancar o aumento gradativo da temperatura média no planeta, e a Convenção sobre Diversidade Biológica, que trata da conservação da diversidade biológica, da utilização sustentável de seus componentes e da justiça e equidade na divisão dos benefícios do uso dos recursos genéticos.

O termo saúde do trabalhador refere-se a um campo do saber que visa compreender as relações entre o trabalho e o processo de saúde/doença. Nessa acepção, considera a saúde e a doença como processos dinâmicos, estreitamente articulados com os modos de desenvolvimento produtivo da humanidade em determinado momento histórico. Parte do princípio de que a forma de inserção dos homens, mulheres e crianças nos espaços de trabalho contribui decisivamente para formas específicas de adoecer e morrer.

Ministério da Saúde. *Cadernos de atenção básica*, n.º 5 (com adaptações).

Aspectos relativos ao trabalho, presentes na vida dos indivíduos, das famílias e do conjunto da população, devem ser incorporados no processo de construção das práticas de vigilância da saúde, como propõe o diagrama a seguir.



Área técnica de saúde do trabalho/COSAT 2000.

Com base nos textos e no diagrama acima, julgue os itens que se seguem.

- 98** Os perfis epidemiológicos variam de sociedade para sociedade, na medida do desenvolvimento das suas forças produtivas e das relações sociais de produção que lhes são características.
- 99** Para o campo temático da saúde do trabalhador, trabalhador é toda pessoa que exerça uma atividade de trabalho, desde que esteja inserida no mercado formal de trabalho, ainda que seja trabalho familiar e(ou) doméstico.

- 100** Com base nos princípios da universalidade e da equidade, somente os trabalhadores urbanos e rurais, com carteira assinada, empregados e trabalhadores em empresas públicas ou privadas devem ter acesso garantido a todos os níveis de atenção à saúde.
- 101** A doença traduz-se no impedimento dos indivíduos para o desempenho das suas atividades cotidianas específicas de trabalho, seja no núcleo familiar, na empresa ou no espaço informal.
- 102** Considerando as formas como evoluem os processos de trabalho, as práticas de atenção à saúde do trabalhador devem ser desenvolvidas de maneira autônoma e independente da estratégia de saúde da família e do Programa de Agentes Comunitários em Saúde (PACS).

O Sistema de Informação em Saúde (SIS) pode ser definido como um conjunto de componentes (estruturas administrativas e unidades de produção) integrados e articulados que atua com o propósito de obter e selecionar dados e transformá-los em informação, com mecanismos e práticas próprios.

Moraes, 1994.

Considerando o texto acima, julgue os itens subsequentes, acerca do SIS e de suas funções.

- 103** O SIS deve estar estruturado em função da organização dos serviços, da gestão e da atenção à saúde.
- 104** As informações de todos os SIS são disponibilizadas em tempo integral, via Internet, pela DATASUS.
- 105** O Sistema de Informações Hospitalares (SIH-SUS) promove o registro referente a internações hospitalares em todo o território nacional para fins administrativos e de pagamento da prestação de serviços aos hospitais contratados do subsetor privado, ficando os hospitais do subsetor público sob a responsabilidade de um sistema de informações próprio.
- 106** O Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB) focaliza-se no suporte operacional e gerencial de coleta, processamento, análise de dados e sua aplicação às atividades do PACS e do Programa de Saúde da Família. Esse sistema limita-se a informações sobre situações de risco prioritárias como diabetes, hipertensão, tuberculose e hanseníase.
- 107** A ação dos gestores do SUS na formulação e implementação de políticas de saúde é mediada pela relação entre informação e comunicação, o que imprime aos sistemas de informação um papel altamente estratégico. Assim, o acesso às informações do SIS é de caráter restrito, não podendo ser universalizado.
- 108** Considera-se que a integração dos SIS existentes no Brasil é prejudicial porque despotencializa o corpo de informações que caracteriza cada um deles. Por isso, correntes mais modernas defendem, cada vez mais, a individualização ou separação crescente desses sistemas.

A vigilância epidemiológica tem como propósito fornecer orientação técnica permanente para os profissionais de saúde que têm a responsabilidade de decidir sobre a execução de ações de controle de doenças e agravos, tornando disponíveis, para esse fim, informações atualizadas sobre a ocorrência dessas doenças e agravos, bem como dos seus fatores condicionantes, em uma área geográfica ou população definida.

Waldman, 1991 (com adaptações).

Considerando o texto acima, julgue os itens que se seguem, relativos à vigilância epidemiológica.

- 109** As funções da vigilância epidemiológica incluem: coleta, processamento, análise e interpretação dos dados referentes à situação de saúde; recomendação e promoção das medidas de controle; avaliação das medidas adotadas; divulgação das informações pertinentes.
- 110** O sistema de vigilância epidemiológica alimenta-se dos seguintes tipos de dados e informações: dados demográficos, ambientais e socioeconômicos; dados de morbidade; notificação de surtos e epidemias.
- 111** As práticas de vigilância epidemiológica, pela sua natureza e finalidade do campo, não demandam tecnologias complexas quanto a equipamento ou conhecimento, necessitando apenas de uma permanente avaliação da efetividade das suas ações.
- 112** O fluxo, a periodicidade e os tipos de dados coletados não chegam a constituir questões fundamentais para a vigilância epidemiológica.

A legislação que dispõe sobre a vigilância sanitária foi criada durante as décadas de 60 e 70 do século XX, a exemplo da Lei n.º 6.437/1977, referente às infrações sanitárias; da Lei n.º 6.360/1976 e do Decreto n.º 79.094/1977, que versam sobre medicamentos, cosméticos, produtos dietéticos, saneantes, domissanitários, correlatos e insumos farmacêuticos; e do Decreto-lei n.º 986/1969, que trata de alimentos. Reconhece-se que a legislação sanitária brasileira básica não acompanhou a evolução do desenvolvimento científico e tecnológico nem a realidade epidemiológica da população brasileira. Assim sendo, torna-se necessária a sua reformulação com vistas à sua modernização e à implementação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS). Nesse contexto e à luz da Lei n.º 9.782/1999, que dispõe sobre o SNVS e cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), julgue os itens a seguir.

- 113** A ANVISA não possui poderes legais para alterar ou propor modificações, na forma de regulamento, da legislação básica do SNVS.
- 114** O Ministério da Saúde e a ANVISA poderão regulamentar o registro de produtos de que tratam a Lei n.º 6.360/1976 e o Decreto-lei n.º 986/1969, visando a desburocratização e a agilidade nos procedimentos, quando não implicarem riscos à saúde da população ou à condição de fiscalização das atividades de produção e circulação.

115 A Lei n.º 9.782/1999 conferiu poderes à ANVISA para alterar os dispositivos das leis básicas, visando a desburocratização e a agilidade dos procedimentos de registro de produtos, desde que isso não implique riscos à saúde da população ou à condição de fiscalização das atividades de produção e circulação.

116 Somente o Conselho Nacional de Saúde possui poderes para regulamentar atos que possam alterar dispositivos legais relacionados à vigilância sanitária.

117 Conforme estabelece a Constituição da República, somente o Congresso Nacional possui poderes para alterar dispositivos legais, na forma de leis e decretos-leis, ou julgar projetos de lei com o propósito de sua aprovação e posterior encaminhamento para a sanção do presidente da República.

118 O presidente da República pode, em caso de relevância e urgência, criar medida provisória com força de lei para alterar ou criar dispositivos legais, devendo submetê-la ao Congresso Nacional. Contudo, uma medida provisória perderá a sua eficácia se não for convertida em lei no prazo de trinta dias, a partir de sua publicação.

A Lei n.º 8.078/1990, que dispõe sobre o Código de Defesa do Consumidor, estabelece as normas de proteção e os instrumentos de defesa do consumidor, considerado objeto de ordem pública e de interesse social. Essa lei surgiu de necessidades de ordem econômica e social e atende ao impositivo constitucional referente à regulamentação das relações de consumo existentes na sociedade brasileira. No que se refere à qualidade de produtos e serviços, à prevenção e à reparação dos danos, o fornecedor não poderá colocar no mercado produto ou serviço que sabe ou deveria saber apresentar alto grau de nocividade ou periculosidade à saúde ou à segurança. Quanto a esse assunto, julgue os itens subsequentes.

119 É responsabilidade exclusiva do fornecedor de produtos a comunicação imediata aos consumidores, mediante anúncios publicitários, da periculosidade de determinado produto que tenha sido detectada posteriormente à sua introdução no mercado de consumo.

120 O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas acerca de sua fruição e de seus riscos.